



Surdos no Planalto

Quatro mil pessoas e uma agenda política intensa foram suficientes para que o centro nervoso do poder voltasse a atenção para a principal demanda dos surdos: a escola bilíngue



A **Feneis** agradece a todos os que colaboraram para o sucesso da manifestação em defesa da escola bilíngue para surdos, realizada em Brasília nos dias 19 e 20 de maio. O nosso especial agradecimento às autoridades que tornaram possível o deslocamento de milhares de surdos até a capital.



Movimento Surdo em Favor
da Educação e da Cultura Surda



Escolas bilíngues para surdos: longo caminho de lutas

Começo este texto com a certeza de que estamos no caminho certo. Fomos a Brasília lutar pelos nossos direitos e conseguimos, ao menos, nos fazermos vistos e ouvidos. É como se despertássemos um leão dentro de nós e a vontade de lutar e de fazer justiça. A grande mobilização que a comunidade surda fez no Planalto e no Mec mostra que estamos verdadeiramente unidos no mesmo objetivo: cuidar do futuro das nossas crianças. Nesse ponto, todos concordam. A escola bilíngue é comprovadamente a melhor para a socialização, alfabetização e inclusão social de surdos.

Como em toda grande luta, as vitórias são sempre provisórias. As autoridades e a opinião pública voltaram os olhos para nós, mas ainda não temos documentos assinados que garantam as nossas demandas. Temos vários desafios pela frente, tanto práticos quanto simbólicos. Ainda é preciso inserir as emendas no Plano Nacional de Educação, torcer pela aprovação, lutar para a implementação do documento nos estados e municípios e fiscalizar o cumprimento das normas.

E, ainda, precisamos mudar a concepção médica da surdez aos olhos da sociedade, para que os gestores cessem de confundir escola especial com escola bilíngue.

Reconheço o esforço dos surdos brasileiros de se deslocarem até a capital para a manifestação. A minha profunda gratidão a essas pessoas que se dedicam diariamente à nossa luta e também às autoridades que nos apoiaram. Mas peço também que não esmoreçam. O caminho é longo e esse despertar do movimento surdo precisa ser permanente. Ao menor deslize, os interesses de um pequeno grupo sairão vitoriosos.

A edição 44 da *Revista da Feneis* traz um dossiê especial sobre a manifestação e sobre os principais desdobramentos da luta em Brasília. A polêmica do surgimento indiscriminado de cursos de pós-graduação em Libras também será tratada neste número.

Avante comunidade surda!

Boa leitura!



Karin Strobel
Presidente da Feneis

Anuncie na Revista da Feneis!

Circulação nacional
Temas atuais sobre surdez
Credibilidade e tradição

feneis@terra.com.br
(31) 3225 0088



ENDEREÇOS

Feneis Matriz - Rio de Janeiro-RJ

Rua: Santa Sofia, 139
Bairro: Tijuca
Cep: 20540-090
Tel: (21) 2567-4800 / 2567-4880
Fax: (21) 2284-7462
Tdd: (21) 2568-7176

Secretaria

secretariarj@feneis.org.br

Diretoria

diretoriarj@feneis.org.br

Sede Antiga (Coles-RJ)

Rua: Major Ávila, 379
Bairro: Tijuca
Rio de Janeiro - RJ
Cep: 20511-140
Tel: (21) 3496-4880

ENDEREÇO DOS ESCRITÓRIOS REGIONAIS

Ceará

Av.: Bezerra de Menezes, 549
Bairro: São Gerardo
Fortaleza - CE
Cep: 60325-000
Telefax: (85) 3283-9126
feneisce@veloxmail.com.br

Distrito Federal

SCS Qd 01 - Edifício Márcia
Bloco L - sala 701
Brasília-DF
Cep: 70300-500
Telefax: (61) 3224-1677
feneisdf@hotmail.com

Minas Gerais

Rua: Albita, 144
Bairro: Cruzeiro
Belo Horizonte
Cep: 30310-160
Telefax (31) 3225-0088
feneis@feneis.com.br

ERRATA

Na reportagem intitulada "Preconceito ou desinformação?", publicada na Revista da Feneis, nº 43, o título correto da pesquisa mencionada na página 19 é "Vozes do silêncio: juízos morais de jovens e adultos surdos sobre situações de humilhação".

Diferentemente do publicado na página 21 da Revista da Feneis, nº 43, a Associação dos Surdos de Pernambuco (ASSPE) não faz a intermediação da compra dos celulares. Ao contrário, quem é sócio recebe gratuitamente o aparelho e apenas paga as mensalidades à operadora. O valor do sistema chega a R\$ 1,8 milhões.

Paraná

Rua: Alferes Poli, 1.910
Bairro: Rebouças
Curitiba - PR
Cep: 80220-050
Telefax: (41) 3334-6577
feneis.pr@bol.com.br
feneis.pr@hotmail.com

Pernambuco

Rua José de Alencar, 44
Ed. Ambassador - Sala 04
Bairro Boa Vista
Recife - PE
Cep: 50070-030
Telefax: (81) 3222-4958
feneispesurdos@hotmail.com
feneispesurdos@ig.com.br

Rio Grande do Sul

Avenida Getúlio Vargas, 1181
Niterói
Canoas - RS
Cep: 92110-330
Estação do Trensurb: Niterói
Tel: (51) 3321-4244
Fax: (51) 3321-4334
feneisrs@terra.com.br

São Paulo

Rua das Azaléas, 138
Bairro Mirandópolis
São Paulo - SP
Cep: 04049-010
Tel: (11) 2574-9148
Fax: (11) 5549-3798
feneis.sp@feneis.org.br

DIRETORIA

Diretora-presidente

Karin Lílian Strobel

Diretor primeiro vice-presidente

Paulo André Martins de Bulhões

Diretor segundo vice-presidente

José Arnor de Lima Júnior

Diretora administrativa

Shirley Vilhalva

Diretor financeiro e de planejamento

José Ricardo Nunes Coelho

Diretora de políticas educacionais

Patrícia Luiza Ferreira Rezende

Secretário

Jorge Luiz Martins

Coordenador Nacional de Acessibilidade para Surdos

Neivaldo Augusto Zovico

Coordenador Nacional de Jovens Surdos

Rodrigo Machado

DIRETORIAS REGIONAIS

Belo Horizonte - MG

Diretor regional: Rodrigo Rocha Malta

Diretor regional administrativo: Marcos Antônio de Sousa

Diretora regional financeira: Edelaine Pinto de Lima

Brasília - DF

Diretor regional: Messias Ramos Costa

Diretora regional administrativa: Edelce Aparecida Santos Buzar

Diretor regional financeiro: Amarildo João Espíndola

Curitiba - PR

Diretora regional: Elizanete Favaro

Diretora regional administrativa: Iraci Elzinha Bampi Suzin

Diretora regional financeira: Márcia Eliza de Pol

Fortaleza - CE

Diretor regional: Francisco Sêrvulo Gomes

Diretora regional administrativa: Mariana Farias Lima

Diretor regional financeiro: Rafael Nogueira Machado

Porto Alegre - RS

Diretor regional: Francisco Eduardo Coelho da Rocha

Diretora regional administrativa: Vânia Elizabeth Chiella

Recife - PE

Diretora regional: Patrícia Cardoso

Diretora regional financeira: Regilene Soares Dias

Rio de Janeiro - RJ

Diretor regional: Walcenir Souza Lima

Diretor regional financeiro: Fernando de Miranda Valverde

São Paulo - SP

Diretora regional: Moryse Vanessa Saruta

Diretora regional administrativa: Sueli Okubo Paiva

Diretora regional financeira: Maria Fernanda Parreira Barros

CONSELHO FISCAL

Efetivo

1º Membro efetivo e presidente: Luiz Dinarte Farias

2º Membro efetivo e secretária: Ana Regina e Souza Campello

3º Membro efetivo: Antônio Carlos Cardoso

Suplentes

1º Membro suplente: Ricardo Morand Góes

2º Membro suplente: Daniel Antônio Passos

3º Membro suplente: Benedito Andrade Neto

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Onofre de Souza

Max Augusto Cardoso Heeren

Sueli da Silva Brito Flores

REVISTA DA FENEIS

ISSN 1981-4615

EXPEDIENTE

Gestão e distribuição

Escritório Regional de Minas Gerais

Rua Albita, 144, bairro Cruzeiro,

Belo Horizonte-MG

Responsável administrativo

Rodrigo Rocha Malta

Coordenação editorial

Patrícia Luiza Ferreira Rezende

Editora-chefe

Regiane Lucas - Mtb 9.815/MG

Assessoria de Comunicação

Rita Lobato - Matríz

Assessoria de imprensa

Diogo Madeira - Mtb 7.035 /RS

Textos

Regiane Lucas - Mtb 9.815/MG

Diogo Madeira - Mtb 7.035 /RS

Aline Diniz - Mtb 15.496/MG

Foto capa

Fernando H. Ferreira

Imagens

Diogo Madeira

Fernando H. Ferreira

Projeto Gráfico

Thaís Magalhães Abreu

Diagramação

A2B Comunicação

Thaís Magalhães Abreu

Revisão de Textos

Lourdes Nascimento

Impressão

Editora Rona

Comissão científica

Gladis Perlin - Presidente - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Emiliana Rosa - Secretária - Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

Flaviane Reis - Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Carolina Hessel - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Heloise Gripp - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Mariana Campos - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

CONTATOS

Assinaturas e distribuição:

revista@feneismg.org.br

Sugestões de pauta:

revistadafeneis@yahoo.com.br

Artigos científicos:

revistadafeneis@yahoo.com.br

Patrocínios:

financeirorevista@feneismg.org.br

www.feneismg.org.br

CAPA

Um marco na história dos surdos brasileiros. Esse foi o significado da manifestação em defesa da educação bilíngue para surdos, realizada em maio em Brasília. O ato político e cultural contou com o apoio popular da comunidade surda de todo o país, que reuniu cerca de quatro mil pessoas na capital. Confira o dossiê completo da mobilização e os principais desafios políticos a serem enfrentados de agora em diante.

08



Foto: Fernando H. Ferreira



SUMÁRIO

Palavra da Presidente	03
Curtas	06
Opinião	07
Capa	08
Feneis pelo país	24
Página da Filiada	26
Espaço Acadêmico	27
Arte surda	31

Dissertação de mestrado discute o papel das tecnologias na vida dos surdos



Ana Cláudia França, rodeada da orientadora e dos participantes da banca

Arquivo pessoal

Investigar os principais desafios das interações de surdos por meio de tecnologias. Esse foi o principal objetivo da dissertação de mestrado defendida por Ana Cláudia Veiga de França, em março, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), de Curitiba. Intitulada Interação social de pessoas surdas no cotidiano, mediada por sistemas de produtos e serviços de comunicação, a pesquisa concluiu que a participação dos surdos no desenvolvimento de produtos e serviços de comunicação é indispensável para garantir a acessibilidade.

A pesquisa, orientada pela professora Maristela Mitsuko Ono, foi realizada por meio de entrevistas com pessoas surdas e ouvintes, aplicação de questionário e observação. Ana Cláudia acredita que ainda há diversas lacunas na acessibilidade para surdos e que sua dissertação pode servir para alertar empresas que estejam interessadas em criar produtos e serviços para essa parcela da população.

Intérpretes de Libras de Goiás fundam associação

Os intérpretes do estado de Goiás já contam com uma entidade representativa da classe. A Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes e Guiaintérpretes de Língua de Sinais do Estado de Goiás (APILGO) foi criada no dia 11 de março deste ano e já conta com 18 associados. Uma cerimônia de fundação contou com a presença de vários representantes do governo e de entidades e marcou o início dos trabalhos da Associação. Em seguida, durante todo o dia 12 de março, foi realizado um ciclo de palestras sobre a profissão.

A presidente da APILGO, Vanuzia Maria de Oliveira, acredita que o trabalho da Associação pode melhorar a qualificação dos intérpretes e a defesa de melhores salários. Ainda em fase de consolidação, a entidade pretende fazer uma ampla divulgação no próximo Encontro Nacional dos Estudantes de Letras (ENEL) para buscar novos associados.

Para se filiar, basta entrar em contato pelo e-mail contatoapilgo@gmail.com.



A presidente da Feneis Karin Strobel comentou a experiência de adoção do filho surdo.



Arquivo pessoal

Feneis participa do primeiro evento de famílias bilíngues do país

Campo Grande sediou, entre os dias 15 e 17 de abril, o Encontro de Famílias Bilíngues e Amigos de Surdos de Mato Grosso do Sul, o primeiro de uma série de eventos que serão realizados em todo o país nos próximos anos. Realizado pela Associação de Pais e Mestres do Ceada (Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação) e pela Feneis, o encontro contou também com o apoio das secretarias estadual e municipal de educação.

O evento foi transmitido on line, pelo site da Igreja Batista, e contou com pa-

lestras de Karin Strobel, presidente da Feneis, e de outros profissionais que trabalham com surdos. Depoimentos de familiares e atividades culturais também fizeram parte da programação.

Segundo a diretora administrativa da Feneis, Shirley Vilhalva, o objetivo é promover em todos os estados brasileiros eventos que reúnam as famílias de surdos e que promovam a troca de experiências daqueles que escolheram fazer da língua de sinais o meio de comunicação dos filhos. Pretende-se, ainda, promover um grande encontro nacional.

O sentimento grão-lusófono

| Emiliano Aquino

Sabe aquele sentimento de identificação e satisfação mútua que se observa em um grupo de homens que, entre pequenas risadas e sorrisos compassivos, assiste a algum deles compartilhar suas conquistas sexuais? Presencia-se aí um sentimento chauvinista, de quem traz ao presente a imagem arcaica do líder da horda, aquele único eu que, segundo Freud, podia gozar, à custa da retenção do desejo dos demais. O gozo desses outros era transferido: gozavam pelo gozo alheio. Passa-se algo dessa relação interna à horda na relação das civilizações modernas com suas pátrias, suas culturas, suas línguas. Ao seu tempo, Lênin deu a esse chauvinismo nacionalista, então existente na Rússia, o nome de sentimento grão-russo. No Brasil de hoje, assistimos ao nascimento de algo parecido, a que poderíamos nomear de sentimento grão-lusófono.

O escândalo em torno do famoso livro do MEC expressa bem esse sentimento de elevada indignação contra a defesa que sua autora faz da legitimidade da linguagem popular e do seu suposto desprezo à norma culta. Há aí um sentimento de superioridade linguístico-cultural, que expressa, antes de tudo, um sentimento de superioridade social. É a fala dos de baixo, desses ignorantes e incultos, dessa gatinha incivilizada, que não pode ser reconhecida e à qual não pode ser dada qualquer legitimidade. Em outras palavras, o problema não é gramatical, é político.

Mas esse sentimento conservador não está apenas nos inimigos do MEC, está também em sua Secretaria de Diversidade e Inclusão (antiga Secretaria de Educação Especial). O tratamento preconceituoso dispensado à Língua Brasileira de Sinais, o desreconhecimento de que ela constitui uma língua, com a mesma estrutura gramatical e cosmovisão lexical de qualquer outra, demonstra-se justamente em uma política educacional que aliena as crianças surdas do aprendizado de e em sua língua natural.

O que está no fundo dessa política não é apenas a consideração pré-saussuriana de que há línguas superiores e línguas inferiores (sim, para Saussure, a Libras não seria, em sua natureza linguística enquanto língua, nem pior nem melhor do que o grego clássico

ou o francês moderno). Está aí principalmente esse sentimento grão-lusófono da língua dos de cima, da língua culta que deve ser ensinada a esses que durante décadas foram forçados a falar sua língua de sinais escondidos nos banheiros, por detrás das paredes das escolas ou naquelas associações que só pobres frequenta(va)m. A Língua Brasileira de Sinais se forjou como língua histórica de uma minoria linguística – sim, uma minoria linguístico-cultural – cujos direitos, apesar de inscritos em leis, continuam sendo cotidianamente desrespeitados.

Quando os surdos exigem salas de aula e escolas bilíngues, nas quais “a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo” (Decreto nº 5.626/2005, art. 22, § 1º), são chamados de “segregacionistas” pelos comissionados do MEC e seus seguidores. O Ministro nada faz para conter seus subordinados; com isso, autoriza que os mínimos direitos legais dos surdos sejam cotidianamente pisoteados por funcionários públicos negligentes de suas obrigações, permanecendo entre os ouvintes seus superiores uma terna complacência. Nossa elite linguística é extremamente solidária e complacente com seus iguais, mas extremamente intolerante com as minorias linguísticas, seus diferentes.

Esse é o sentimento grão-lusófono, do qual agora o próprio MEC é vítima.

Ouvinte, pai de surdo, professor de filosofia da Universidade Estadual do Ceará



Fernando H. Ferreira



“Nada sobre nós, sem nós”

| Por Regiane Lucas Garcêz

A ameaça de fechamento da educação básica da principal escola de surdos do país, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), despertou na comunidade surda uma mobilização sem precedentes a favor da escola bilíngue. Cerca de quatro mil pessoas estiveram em Brasília nos dias 19 e 20 de maio para pedir mais participação dos movimentos sociais na elaboração de políticas educacionais.

O grande ato político e cultural, além de representar uma marca histórica nas lutas dos surdos, pode ser considerado um divisor de águas. Chamou a atenção das autoridades para a força de um povo que quer ser visto na sua diferença cultural e não na perspectiva da deficiência.

Um ato político e cultural

A luta em forma de expressão cultural sempre foi uma marca dos surdos. Em Brasília não foi diferente. Durante dois dias, a comunidade surda se mobilizou pela defesa da educação pública bilíngue, na qual a língua de sinais deve ser a língua de instrução dos surdos e a língua portuguesa ensinada como segunda língua. A festa foi bonita. Por alguns momentos, significou a vitória da cultura sobre a intransigência, da liberdade sobre a opressão, da expressão sobre a imposição. Em nenhum momento, entretanto, deixou de estar entremeadada de incertezas, tensões e expectativas quanto ao futuro da educação de surdos neste país.

Toda a agenda de manifestação teve como objetivo central a defesa da escola pública bilíngue para surdos. Dentro disso, reivindicou-se o não fechamento dessas instituições e a inserção de emendas ao texto final do Plano Nacional de Educação (PNE), documento que vai reger a educação brasileira nos próximos dez anos. As emendas buscam garantir investimentos na criação e ampliação dessas escolas, a maior participação dos movimentos sociais surdos no debate e, principalmente, o reconhecimento da cultura e da língua de sinais como patrimônio dos surdos brasileiros.

Audiência com o Ministro da Educação: negociação

O primeiro compromisso foi a audiência com o Ministro da Educação Fernando Haddad, realizada na manhã de quinta-feira. Até as vésperas, estava definido que quem receberia os surdos seria a Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), Cláudia Dutra, reunião dispensada pelas lideranças do movimento, devido à histórica falta de diálogo imposta por essa secretaria.

Depois de semanas de negociação, o ministro finalmente decidiu receber os surdos pessoalmente. O objetivo foi defender a manutenção das escolas de surdos e propor a criação de um grupo de trabalho para discutir a política de educação bilíngue, em detrimento da atual política de inclusão do Mec.



Foto: Fernando H. Ferreira



Foto: Amanda Mustafa



Foto: Diogo Madeira

Fernando Haddad abriu a reunião com uma breve explanação sobre a atual política de educação inclusiva do governo, e rebateu, de antemão, qualquer possibilidade de fechamento do Colégio Aplicação do INES e do Instituto Benjamin Constant, para cegos. Além disso, defendeu a dupla matrícula dos surdos e de alunos com deficiência em escolas regulares e em espaços de atendimento educacional especializado, conhecidos como AEE. “A dupla matrícula é uma forma de somar possibilidades, e não de subtrair. Queremos oferecer as melhores condições possíveis para as crianças com deficiência”, argumentou o ministro.

Em defesa das escolas e classes bilíngues, a diretora de políticas educacionais da Feneis, Patrícia Rezende, afirmou que, nos moldes atuais, a língua de instrução dos surdos continua sendo o português e que é impossível dar aulas para surdos e ouvintes em línguas diferentes e ao mesmo tempo. A diretora explicou que, na prática, a atual política do Mec negligencia a Libras como língua de instrução, relegando-a apenas aos espaços de AEE como atividade complementar. Com base nos resultados da pesquisa do professor da Universidade de São Paulo Fernando Capovilla (*ver página 23*), os surdos expressaram a preocupação em relação ao desenvolvimento das crianças surdas, que comprovadamente é melhor em ambientes bilíngues.

Ao final da reunião, a Feneis entregou o abaixo-assinado pela permanência da educação básica no INES e um documento com as propostas para a educação de surdos anteriormente rejeitadas na Conferência Nacional de Educação (Conae). Além disso, propôs a criação de um grupo de trabalho para discutir o tema, composto por representantes do Mec, pesquisadores da área de linguística e de educação de surdos e integrantes do movimento. A Feneis ainda não obteve resposta à solicitação.

Entre as principais lideranças da comunidade surda, participaram da reunião: Paulo Bulhões, vice-presidente da Feneis, Flaviane Reis, pesquisadora da Universidade Federal de Uberlândia, Nelson Pimenta, mestrando em linguística, Messias Ramos, diretor da Feneis no Distrito Federal, Mariana Hora, autora do abaixo-assinado contra o fechamento do Colégio Aplicação do INES, e Sueli Fernandes, pesquisadora da Universidade Federal do Paraná.

Foto: Diogo Madeira





A diretora de políticas educacionais da Feneis, Patrícia Rezende, acredita que o ministro Fernando Haddad se sensibilizou com as questões dos surdos.

O deputado federal Eduardo Barbosa (PSDB/MG), o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade) Moisés Bauer e representantes da Apae também participaram da reunião e chamaram a atenção para a intransigência do Mec na implementação das políticas de educação inclusiva, desconsiderando o papel das escolas específicas.

Audiência no Senado: acolhida

Um dos principais momentos políticos da manifestação foi a audiência pública no Senado Federal, convocada pelo senador Lindberg Farias (PT/RJ), presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência. Realizada logo após a reunião com o ministro, a audiência significou, nas palavras da diretora da Feneis Patrícia Rezende, um dos principais espaços democráticos de expressão da comunidade surda.

“A acolhida calorosa dos senadores e deputados e a ampla participação popular trouxeram para nós, surdos, a esperança de que a luta pela nossa língua e pela nossa cultura não é em vão”, conta o diretor regional da Feneis no Distrito Federal, Messias Ramos.

A sala da Comissão de Assistência Social ficou pequena para os cerca de 200 participantes, que ocuparam também o lado externo do auditório.

Ao encerrar a reunião, o ministro propôs que fosse realizado um seminário com a presença dos conselheiros de educação para discutir com profundidade o processo de inclusão escolar dos surdos e das pessoas com deficiência. Além disso, determinou que a interlocução do Mec com as entidades seja feita diretamente com a chefia de gabinete, e não mais com a Secadi. A medida visa reestabelecer a comunicação com os movimentos sociais e garantir a representatividade destes na formulação de políticas públicas.

Na avaliação da diretora da Feneis, Patrícia Rezende, a reunião, em geral, foi positiva. “Pela primeira vez, o Ministério da Educação abre as portas ao diálogo com os surdos. Foi um momento histórico onde pudemos apresentar nosso ponto de vista. Percebemos que o ministro se sensibilizou com a nossa questão. Por outro lado, ele não acatou o pedido de criação de uma comissão de trabalho, o que nos deixa ainda vulneráveis em relação à atual política de inclusão”, aponta Patrícia.

Foto: Diogo Madeira



A audiência foi convocada pelo senador Lindberg Faria, que se comprometeu a apoiar as emendas sobre educação bilíngue no PNE.



Foto: Fernando H. Ferreira

O senador Lindberg Farias, que é pai de uma criança com síndrome de down, abriu a sessão apontando para a importância de ouvir as demandas dos surdos na formulação de políticas educacionais.

A deputada federal Mara Gabrili (PSDB/SP) fez coro ao senador, evocando a célebre frase “Nada sobre nós, sem nós”. Ela também defendeu a escola de surdos como aquela que pode proporcionar real inclusão social: “Assim como a língua portuguesa, uma educação bilíngue tira o surdo da exclusão, traz informação, conhecimento, educação e cultura”.

Já o deputado Eduardo Barbosa criticou o posicionamento de gestores do Mec, que elaboram políticas educacionais à revelia dos anseios da comunidade. “A antiga Secretaria de Educação Especial, e agora a Secadi, estabelecem o que acreditam ser bom e querem impor a todo custo suas ideias. São técnicos querendo definir o que é bom para os outros, sem ouvir os interessados, que são as próprias pessoas com deficiências e suas famílias”.

O deputado Otávio Leite (PSDB/RJ) manifestou preocupação em relação à atual política de educação inclusiva, especialmente em relação ao fechamento das instituições centenárias como o INES e o IBC, localizadas na sua cidade de origem. Já o senador Wellington Dias (PT/PI), que é pai de uma autista, defendeu a necessidade de criar emendas ao texto do Plano Nacional de Educação que garantam a criação de escolas bilíngues para surdos.

Foi grande a emoção dos surdos durante o pronunciamento da diretora de políticas educacionais da Feneis, Patrícia Rezende: “Nós surdos não podemos nos acomodar com a covardia que os gestores do Mec têm feito contra a nossa cultura. Inventam um modelo de inclusão que fere todos os nossos

direitos, garantidos pelas leis brasileiras e pelos documentos internacionais”.

O relato do professor cearense Emiliano Aquino, pai de uma criança surda, também comoveu os presentes. Ele repudiou a declaração da representante do Mec, Martinha Clarete, dada à *Revista da Feneis* nº 40, que afirmava inexistir cultura surda. “As funcionárias comissionadas do Mec trabalham na perspectiva de tirarem o direito dos pais de escolherem em qual escola os seus filhos devem estudar. Como pai, eu quero poder escolher, e eu escolho a escola bilíngue para meu filho”.

Ao final da audiência, o delegado da Conferência Nacional de Educação, Cristian Strack, relatou o episódio de manipulação e *lobby* do Conae, que resultou na exclusão das propostas de educação bilíngue do documento final.

O mesmo documento entregue ao ministro Fernando Haddad foi também distribuído entre os parlamentares presentes.

Karin Strobel, Paulo Bulhões e Patrícia Rezende, presidente, vice e diretora de políticas educacionais da Feneis, respectivamente, comemoram a entrega do documento aos parlamentares.



Foto: Diogo Madeira



Noite das velas: homenagem



Na noite do dia 19 de maio, a escuridão do gramado do Congresso Nacional ganhou luz nas chamas das velas levadas pela comunidade surda. Centenas de manifestantes continuaram o protesto iniciado pela manhã, mas de uma maneira diferente: na forma de homenagem aos surdos que estudaram no INES na época da repressão à Língua de Sinais, iniciada no Congresso de Milão em 1880.

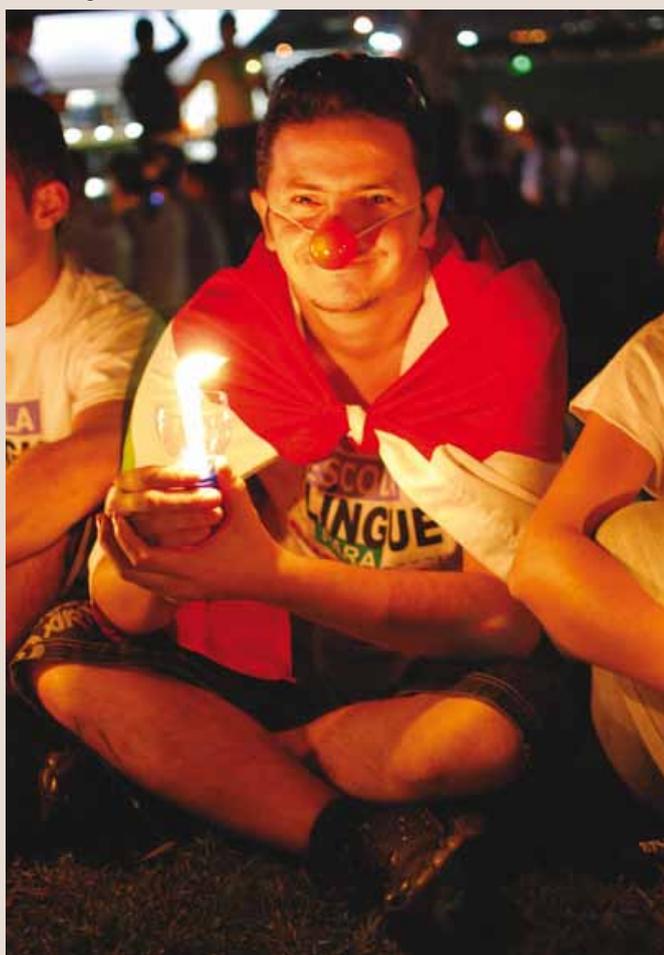
Conta a história que a Língua de Sinais no Brasil sobreviveu principalmente graças a esses surdos que estudavam no INES no regime de internato. As conversas em Libras só eram possíveis longe dos olhos de professores e vigilantes, à noite, à luz de velas,

embaixo das camas e das mesas, nos refeitórios, banheiros ou corredores.

A presidente da Feneis e pesquisadora da história dos surdos, Karin Strobel, explica que a metáfora da luz significa a própria luta dos surdos. “Na ausência de luz, não nos comunicamos. Na ausência de uma escola bilíngue, não teremos como nos comunicar, nos desenvolver e nos transformarmos em sujeitos atuantes no mundo. Estamos buscando essa luz, por meio de uma educação melhor”, explica Karin.

Sentados, com as velas acesas, os manifestantes formavam, no conjunto, o símbolo “Ser Surdo”, laço que representa várias minorias.

Foto: Diogo Madeira



Passeata: celebração à cultura surda

A comunidade surda fez bonito nos dois dias de manifestação. Paralelamente à agenda de reuniões e audiências, surdos e simpatizantes mobilizaram a atenção da opinião pública, da imprensa e das autoridades do governo para a causa das escolas bilíngues para surdos.

No primeiro dia, cerca de 200 pessoas protestaram em frente ao Ministério da Educação. Manifestantes da Apae se juntaram à comunidade surda para fazer coro à reivindicação por escolas específicas. Numa tentativa de conter a manifestação, integrantes do Mec convidaram a multidão a se acomodar no auditório do Ministério para o diálogo. Ao perceberem a manobra, rapidamente os manifestantes saíram do prédio e deram continuidade à mobilização, embalados pela batucada e por faixas de protesto. Em seguida, se dirigiram para o Senado Federal, para participar da audiência.

Na manhã de sexta-feira, cerca de quatro mil pessoas, dos mais variados cantos do país, foram chegando aos poucos ao Museu Nacional, local de concentração da passeata. As bandeiras dos estados se misturavam às faixas de protesto. A rampa do Museu foi improvisada como palanque para dar voz às lideranças e para a apresentação da poesia tema do ato público.

Foto: Diogo Madeira



Foto: Diogo Madeira

A caminhada começou às 11 horas. Conduzidos por um trio elétrico, os manifestantes seguiram organizados por estado rumo ao Planalto. Manifestações culturais e depoimentos das lideranças preencheram o dia. Nem mesmo a chuva foi capaz de dispersar a multidão. Um dos pontos altos do dia foi o testemunho da brasileira surda Ana Luiza, de nove anos: “Na escola dos ouvintes não temos com quem conversar. Na escola de surdos é mais fácil. Se um surdo não sabe se comunicar, nós ensinamos Libras para ele e ele se desenvolve. Em uma escola onde o professor só fala, como vamos entender ele? Somos surdos!”

Durante a tarde, os manifestantes voltaram para a porta do Mec. Vários artistas apoiaram publicamente a escola bilíngue, mas um deles, em especial, acompanhou de perto a manifestação.

Foto: Diogo Madeira



“Na escola dos ouvintes não temos com quem conversar”
Ana Luiza

Manifestantes no auditório do MEC



Foto: Diego Madeira

Elke Maravilha, com sua alegria contagiante, fez questão de acompanhar a passeata em Brasília e ainda arriscou alguns sinais em Libras. “Eu apoio a escola bilíngue porque vejo nessa causa uma luta

legítima de pessoas alegres que apenas querem o direito à sua língua”, defendeu a artista. Outros artistas como Marieta Severo e Renata Sorrah enviaram seus vídeos de apoio.

No palanque, a presidente da Feneis, Karin Strobel, agradeceu a ampla mobilização e o esforço de todos de se deslocarem de suas cidades em nome da luta em defesa da escola bilíngue. “Estou confiante de que toda essa mobilização vai despertar nos nossos governantes uma preocupação maior com a educação dos surdos nesse país”, comenta Karin.

Participação na reunião do Conade: embate

Durante a mobilização, a Feneis foi convidada a participar da reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), que coincidentemente estava sendo realizada na mesma semana. O convite foi feito pelo presidente do Conade, Moisés Bauerm que tem sido um importante aliado da Feneis na luta pela escola bilíngue. O representante da Feneis no Conade, José Carlos de Oliveira, também esteve à frente da articulação dentro do Conade.

A diretora de políticas educacionais, Patrícia Rezende, teve oportunidade de falar para os conselheiros sobre a manifestação e aproveitou para comentar a recém-publicada Nota Técnica 5, de autoria da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

O documento distorce o conceito de educação bilíngue previsto no Decreto nº 5.626 e estabelece a criação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como espaço bilíngue para surdos. Conforme a nota, “a educação bilíngue para estudantes com surdez, não está, pois, condicionada a espaços organizados a partir da condição da surdez”.

Em seu discurso, a diretora da Feneis apontou trechos da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do próprio decreto para comprovar que o AEE proposto pelo Mec secundariza a língua de sinais e a relega a um aprendizado complementar. Segundo interpretação equivocada expressa na nota técnica, “De acordo com este Decreto [5.626/2005],

Foto: Fernando H. Ferreira



a educação bilíngue para estudantes com surdez caracteriza-se pelo ensino ministrado por meio da Língua Portuguesa e da Libras [sic], devendo ser disponibilizados os serviços de tradutor/intérprete e o ensino da Libras para os estudantes”.

Partidários da política inclusiva do Mec saíram em defesa das proposições do documento, instaurando na reunião um conflituoso debate acerca da interpretação das normas e leis. O conselheiro Joiram Medeiros da Silva, representante do Mec no Conade, apresentou dados referentes ao grande crescimento do número de matrículas de crianças surdas na rede regular e do alto investimento do ministério nessa política.



Foto: Fernando H. Ferreira

Joiram Medeiros, representante do MEC no Conade

À acusação de que os surdos são segregacionistas somou-se o discurso de que os surdos são também contra a escola pública, gratuita e de qualidade.

Um dos delegados que participou da Conferência Nacional de Educação, Neivaldo Zovico, relatou a manipulação que representantes do Mec fizeram para excluir as propostas de educação bilíngue do documento final, que vai embasar o Plano Nacional de Educação (PNE). O embate foi tenso, mas mui-

tos conselheiros se sensibilizaram com o posicionamento dos surdos.

Para a presidente da Feneis, Karin Strobel, o discurso incisivo de Joiram e de outros conselheiros soou como um profundo desrespeito em relação aos anseios dos surdos. “Sentimos na pele o peso das acusações injustas e da completa ignorância do que vem a ser cultura surda e Língua de Sinais”, comenta Karin. Por outro lado, ela acredita que também os resultados foram positivos, pois os surdos se posicionaram firmemente contra os partidários da educação inclusiva do Mec.

Em resposta à Nota Técnica 5, da Secadi, a Feneis encaminhou uma nota pública de esclarecimento ao Mec sobre a definição de educação bilíngue para surdos. O presidente do Conade, Moisés Bauer, se comprometeu a auxiliar a Feneis na apuração das ilegalidades cometidas no Conae e a possível reparação destas. Se necessário for, é possível que seja instaurado um processo, por meio de uma denúncia, para que as propostas seja consideradas.

Audiência na Procuradoria Federal da República: amparo legal

Os delegados representantes dos surdos na Conferência Nacional de Educação (Conae) foram recebidos na tarde do dia 20 de maio pela subprocuradora Ana Borges Coelho Santos, da Procuradoria-Geral da República. O objetivo da reunião foi questionar os entraves impostos pelo Mec no diálogo com os movimentos surdos. Após relatarem as manobras realizadas por gestores do ministério para excluir as propostas de educação bilíngue na conferência, os surdos entregaram à subprocuradora as propostas de emendas e um material comprobatório da manipulação ocorrida no Conae, bem como a ausência das moções propostas no documento final.

A subprocuradora orientou os surdos a procurarem o Grupo de Trabalho de Inclusão pertencente à Procuradoria, a fim de discutirem as propostas e ganharem amparo legal para suas demandas.



Arquivo pessoal

Os delegados do Conae que participaram da audiência na Procuradoria-Geral da República, acreditam que a reunião foi positiva.

A mobilização

Logo que foi anunciada em fevereiro a possibilidade de fechamento do ensino básico no INES, os surdos começaram a se mobilizar. O primeiro vídeo postado em uma rede social da internet em março, de autoria do ator Nelson Pimenta, revelava a profunda indignação com a determinação do Mec.

A partir daí foi criado o abaixo-assinado e um grupo *on line*, na rede social Facebook, com o objetivo de organizar a grande manifestação pela escola bilíngue. A assistente social pernambucana Mariana Hora, que é surda, esteve à frente dos líderes estaduais. Toda a organização da infraestrutura em Brasília ficou a cargo da regional da Feneis no Distrito Federal, dirigida pelo professor Messias Ramos.

Todos os estados brasileiros contaram com uma ou mais lideranças, que auxiliaram na organização do ato público. Em algumas cidades, as autoridades cederam ônibus para o deslocamento dos manifestantes. Todas as definições foram feitas por meio da rede social, desde a confecção padronizada das camisetas e das faixas até a elaboração de regras para a manifestação. A tecnologia exerceu papel fundamental na mobilização.

Paralelamente a isso, pesquisadores e lideranças finalizavam o documento a ser entregue para as autoridades e trabalhavam no agendamento das reuniões em Brasília.



Foto: Fernando H. Ferreira



Foto: Diogo Madeira

A passeata, que teve início no Museu Nacional na sexta-feira, começou com a poesia tema da manifestação, criada pelo pedagogo Allan Henry.

A participação do vice-presidente da Feneis, Paulo Bulhões, na audiência do Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, foi fundamental para articular a audiência no Senado. Por meio de um contato com o senador Lindberg Faria, o vice-presidente apresentou as demandas dos surdos, que foram prontamente acatadas pelo parlamentar.

A assistente social surda Mariana Hora conta que, participando das discussões na internet foi se envolvendo com o movimento, movida pela vontade de contribuir com a luta pela educação pública e de qualidade para os surdos brasileiros. “Ser líder nesse momento histórico não é uma tarefa fácil, mas é emocionante e gratificante ver cada vez mais surdos tomando consciência da importância da luta política coletiva. Espero que o Movimento Surdo ganhe sempre mais força e sabedoria e, nunca desista das lutas”, comemora Mariana.



Foto: Diogo Madeira



Foto: Fernando H. Ferreira

Avaliação da manifestação

Na opinião de Paulo Bulhões, vice-presidente da Feneis, a manifestação foi bastante positiva. Foi a primeira vez que os surdos se mobilizaram nacionalmente. Antes a organização ficava restrita aos estados. Segundo Bulhões, o sucesso da manifestação se deve a vários fatores. A legitimidade da Feneis é grande junto às autoridades graças à uma histórica luta da instituição à frente dos direitos dos surdos. Além disso, existe uma confiança da comunidade surda de que a Feneis representará seus anseios por uma escola bilíngue. Entretanto, ele acredita que “é preciso estar vigilantes e acompanhar toda a tramitação das emendas, em todas as instâncias. A luta ainda não terminou. Temos que acompanhar as emendas do PNE e sua tramitação no Congresso, Senado e Executivo, e depois na fiscalização da implantação das políticas educacionais”, explica Paulo.

Para Patrícia Rezende, uma grande preocupação é o frequente equívoco cometido pelos gestores de políticas educacionais, que insistem em considerar a

escola bilíngue para surdos como escola especial. “A perspectiva cultural da educação de surdos ainda não é amplamente compreendida. Paire o estigma da deficiência e das escolas especiais como o lugar da segregação e do antigo modelo médico da reabilitação. Convencer os gestores de que a escola bilíngue é o real lugar da inclusão é o nosso principal desafio”, explica Patrícia

Os dois diretores concordam que a aliança com as outras deficiências nesse momento é importante para garantir força política, mas é preciso deixar claro as especificidades linguísticas dos surdos. “Há anos tentamos o diálogo com o Mec para esclarecermos o que é bilinguismo e nunca fomos ouvidos. Os gestores do MEC ignoram o nosso posicionamento e as pesquisas sérias. As escolas que recebem os surdos precisam mudar radicalmente para entrarem numa concepção de bilinguismo real. Há o mito da segregação criado para nos fragilizar. Essa inclusão proposta quer destituir e retirar a força os nossos direitos culturais e linguísticos já alcançados”, afirma o diretor.

Próximos passos

Atualmente uma comissão trabalha no acompanhamento das emendas do Plano Nacional de Educação apresentadas pelos deputados federais. São quase três mil emendas sobre vários aspectos educacionais, avaliadas uma a uma. Sugestões de mudança de redação estão sendo feitas. As emendas estão sob responsabilidade do deputado Ângelo Vanhoni (PT/PR), relator da comissão especial que discute o PNE. Após a análise, o relator deve abrir um prazo para emendas substitutivas. Um outro grupo atua na formulação da proposta para o seminário proposto pelo ministro Fernando Haddad, em conjunto com outras deficiências.

Nos estados, as lideranças surdas se fazem presentes nas várias audiências públicas realizadas nas assembleias legislativas estaduais, apresentando as propostas para a educação bilíngue aos deputados. Já foram realizadas audiências em Minas Gerais, Ceará, Paraná, Salvador, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Há também a atuação de representantes da comunidade surda no Movimento PNE pra Valler, que também está em todos os estados.

Em paralelo, o trabalho de mobilização da opinião pública por meio da imprensa continua. Durante os dias da passeata, o assunto recebeu ampla cobertura da mídia, com reportagens em sites, impressos e emissoras de televisão e rádio.



Foto: Diogo Madeira



Secretaria dos Direitos Humanos cria comissão especial para surdos

Durante a manifestação, os surdos receberam uma boa notícia. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República criou, por meio da Portaria nº 956 de 19 de maio, uma comissão de acompanhamento das políticas públicas voltadas para os surdos. A comissão será composta por representantes da Feneis, de três associações do Distrito Federal, da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) e de uma associação ou sindicato de intérpretes de Libras.

Segundo o recém-nomeado secretário nacional da SNPD, Antônio José Ferreira, a ideia de criar a comissão partiu da percepção de que é preciso ter mais acúmulo acerca das demandas dos surdos. Ele explica que há uma complexidade no assunto e que a comissão servirá de espaço para debater melhor os temas e subsidiar a formulação de políticas públicas em vários setores. "Pretendemos abrir um diálogo maior com os surdos e pautar iniciativas em várias áreas. As políticas das pessoas com deficiência são transversais e transeitoriais e por isso esta secretaria tem o fundamental papel de articulá-las no âmbito do governo, motivo pelo qual estamos na estrutura da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República", explica o secretário.

Uma questão de tempo

Ameaça de fechamento das escolas de surdos já pairava no ar há alguns anos. O modo como a política de inclusão do Mec vinha sendo implantada revelava indícios do fim das escolas específicas para surdos e da substituição gradual pelas matrículas na rede regular. O Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, e a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, determinavam que o ensino deveria somente ser oferecido pelas escolas regulares. As escolas especializadas dariam somente o Atendimento Educacional Especializado (AEE), como o ensino complementar. Nesses casos os alunos poderiam ter dupla matrícula.

A condução da Conferência Nacional de Educação (Conae), rejeitando as escolas de surdos, foi mais uma derrota. Logo na sequência, o comentário da Secretária de Educação Especial Martinha Clarete, na *Revista da Feneis* nº 40, confirmava as suspeitas. Não havia um entendimento por parte do ministério de que houvesse cultura surda e que esta devesse ser preservada.

Mas nada foi tão impactante quanto a possibilidade de fechamento do INES, berço da cultura surda e da resistência da língua de sinais. Além de ter sido o espaço de formação das principais lideranças surdas de todo o país, o INES, fundado em 1856, é considerado o patrimônio cultural e símbolo máximo de resistência do povo surdo.

Atualmente o INES oferece, por meio do Colégio de Aplicação, educação precoce (de zero a três anos), educação infantil, ensino fundamental e médio. Neste ano foi formada a primeira turma de graduação em Pedagogia Bilíngue. É referência em pesquisas de materiais didáticos e na capacitação

de profissionais da área de educação de surdos em todo o país. Segundo a professora Solange Rocha, diretora da instituição, tudo isso é possível graças à experiência do ensino básico, que oferece subsídios para as pesquisas.

A diretora defende que o INES não pode ser compreendido como uma escola especial e nem deve estar sujeito às interpretações equivocadas que são feitas da legislação. “O trabalho aqui desenvolvido nos caracteriza como uma instituição que trabalha na perspectiva da educação inclusiva de surdos, produzindo conhecimento para que possamos dar suporte às escolas brasileiras, que devem oferecer educação de qualidade a esses cidadãos que demandam uma política de ensino que contemple sua diversidade linguística”, explica a professora.

Além disso, Solange Rocha aponta que a permanência da educação básica é também um anseio da sociedade: “Temos mães que preferem acordar de madrugada para trazerem seus filhos ao INES do que matriculá-los em uma escola próxima às suas casas. A Associação de Moradores de Laranjeiras se solidariza com a luta. Vemos uma consternação na sociedade com a notícia do fechamento. Como é possível dar as costas às demandas da sociedade, que é quem paga e mantém instituições centenárias como o IBC e o INES?”

O estopim

A notícia pegou todos de surpresa

No dia 16 de fevereiro, a diretora do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Solange Rocha, foi informada de que a oferta da educação básica na escola deveria ser encerrada até dezembro deste ano. Na reunião realizada em Brasília, a representante da educação especial do Ministério da Educação, Martinha Clarete, argumentou que a existência do ensino básico no INES e no Instituto Benjamim Constant, para cegos, ia de encontro à perspectiva inclusiva da educação brasileira prevista em lei. Em 17 de março, em visita ao INES, ela reafirmou a decisão ao Conselho Diretor da instituição.

A reação da comunidade surda foi imediata

A preocupação que assombrava os pais e alunos da escola somada à indignação da comunidade surda brasileira foi suficiente para despertar uma ampla mobilização. Em todo o país, lideranças se articularam para defender a continuidade do ensino básico no INES. Um abaixo-assinado, que já conta com mais de 23 mil assinaturas on line e em papel, passou a circular. Nos principais jornais do país, a imprensa noticiava o fechamento das instituições centenárias.

Pressionado pela opinião pública, o Ministro da Educação Fernando Haddad recuou

Em audiência realizada no dia 5 de abril com as diretoras do INES e do IBC, o ministro desautorizou o anúncio feito anteriormente pela representante do Mec e disse que houve um erro de interpretação. Além de defender a permanência das instituições, argumentou a favor da dupla matrícula em escolas regulares: “o que está em discussão é o estabelecimento de uma parceria entre instituições de ensino federal para ampliar a oferta de oportunidades educacionais, adicionais e não supressivas, aos estudantes surdos e cegos, de modo que esses alunos dos institutos possam efetivar, se quiserem, uma segunda matrícula no Colégio Pedro II”.

Repercussão

Foi publicado no dia 16 de maio o Decreto nº 7.480, que define o posicionamento do INES e suas competências. O documento prevê que o instituto “deve promover a educação de alunos surdos, através da manutenção de órgão da educação básica”. Outro desdobramento gerado pela crise no INES foi a criação de duas comissões para discutir o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Político-Pedagógico da escola, do qual participam funcionários, pais e alunos. Segundo a direção, o objetivo é apresentar os dois documentos em setembro deste ano, por ocasião do aniversário da instituição.



Arquivo INES

Opinião dos pais de alunos do INES

No momento eu acho muito precipitada essa decisão.

Janice Silva

Nesse momento a inclusão proposta pelo Mec é só ilusão e agora não seria a melhor coisa.

Izabella Martins

Na minha opinião, essa proposta visa ao interesse apenas do governo e de alguns pesquisadores da área da educação. O que menos importa para eles é o interesse do surdo.

Fabiane da Silva

Acho que a transferência para o Colégio Pedro II não dará muito certo, pois já vi vários pais que tiraram seus filhos desse colégio, porque não tinham desempenho algum. É aqui que essa criança se sente feliz.

Não se identificou

Com colaboração de Diogo Madeira

A tensão no Senado estampada no rosto da assistente social surda Mariana Hora que criou o abaixo-assinado do INES e esteve à frente da mobilização.



Emoção no Senado. Messias Ramos, diretor da Feneis-DF, esteve à frente de toda a organização em Brasília



O delegado do Conae, Cláudio Mourão, vibra com a audiência no Senado.



O vídeo emocionado e indignado de Nelson Pimenta, publicado em março, deu origem à mobilização



O ato político foi também cultural. Palhaços surdos fizeram a alegria de todos.



No início da passeata, no Museu Nacional, a presidente da Feneis, Karin Strobel, agradece a presença de todos.



Pesquisa comprova que crianças surdas aprendem melhor nas escolas bilíngues.

Uma pesquisa conduzida pelo professor da Universidade de São Paulo Fernando Capovilla revelou que crianças surdas cuja língua materna é a Libras aprendem mais e melhor nas escolas bilíngues, devido à interação com professores e colegas sinalizadores. Por outro lado, crianças com perda tardia da audição, cuja língua materna é o português, se adaptam melhor às escolas inclusivas.

A pesquisa foi realizada por meio do Programa de Avaliação Nacional do Desenvolvimento Escolar do Surdo (Pandés), um dos maiores do mundo na avaliação do desenvolvimento escolar, de cognição e de linguagem de uma população escolar surda. A pesquisa foi realizada entre 2001 e 2011 com apoio do CNPq, da Capes, e do Inep (Observatório da Educação).

Nesta última década, o programa avaliou 8 mil surdos oriundos de 15 estados brasileiros com idades de 6 a 25 anos, desde o primeiro ano do ensino fundamental até o último ano do ensino superior. Nessa grande amostra do alunado surdo brasileiro, cada estudante surdo foi avaliado durante mais de 20 horas em uma bateria de dezenas de instrumentos (incluindo a Provinha Brasil e a Prova Brasil adaptadas) que avaliam leitura al-

fabética de palavras novas e conhecidas, compreensão de leitura de sentenças e textos, qualidade ortográfica da escrita, vocabulário de escrita para nomear objetos, vocabulário de leitura orofacial, memória, entre outros.

As análises revelam que a mente da criança surda tem uma especificidade psicolinguística importantíssima que precisa ser respeitada. O estudo prova que o assim chamado Atendimento Educacional Especializado não substitui a educação bilíngue de qualidade, ministrada por sinalizadores fluentes em meio a uma comunidade linguística sinalizadora.

Segundo Fernando Capovilla, os dados de pesquisa são evidentes e incontestáveis: “eu apoio este movimento não por causa de qualquer ideologia ou porque tenho amigos ou parentes surdos, ou porque tenho qualquer tipo de interesse pessoal ou político ou que o valha. Eu apoio este movimento simplesmente porque eu descobri, por meio de pesquisa científica, que a causa que ele defende é a correta. Eu descobri que a escola bilíngue é uma necessidade fundamental para a criança surda brasileira. Não estou de nenhum lado da briga. Estou do lado da criança surda, isso sim, e ouvi o que 8 mil delas têm a dizer e a nos ensinar sobre o que é melhor para ela”.

Diretoria apresenta relatório anual em assembleia

Realizada no dia 26 de março na matriz, a Assembleia Geral Ordinária da Feneis teve como principais objetivos a apresentação do Relatório Anual 2010 pela diretora administrativa Shirley Vilhava, e do Balanço Patrimonial, pelo vice-presidente Paulo Bulhões. Ambos foram aprovados por maioria absoluta dentre as entidades filiadas presentes.

O relatório é uma compilação de todas as atividades da matriz e das regionais du-

rante todo o ano de 2010. Dentre as atividades estão as estratégias de empregabilidade, ações institucionais sociais e governamentais, promoção de eventos e cursos, atendimentos de interpretação de Libras gratuitos, ações para a acessibilidade, comunicação e projetos futuros.

O relatório serve de documento para a renovação do registro no Conselho Nacional de Assistência Social e está disponível no site da Feneis.

Chamadas para PM e Corpo de Bombeiros poderão ser feitas por mensagem de celular

Em situações de emergência, os primeiros números de telefone que são acionados são o 190, da Polícia Militar, e o 193, do Corpo de Bombeiros, mas os surdos sempre ficaram excluídos desses serviços. Esse contato poderá ser feito por meio de mensagens de celular ainda neste ano. Em uma reunião realizada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em São Paulo, no dia 27 de maio, o órgão confirmou que se prepara para implantar a novidade em dezembro. Segundo o coordenador nacional de acessibilidade da Feneis, Neivaldo Zovico, que participou da reunião, o Ministério Público já cobra da Anatel a implantação do serviço de torpedo há mais de três anos.

A reunião contou com a participação de representantes de todas as operadoras de telefonia ce-

lular do Brasil, da Anatel, da Polícia Militar e da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Durante o evento, Neivaldo Zovico ressaltou a importância e a urgência da implantação do serviço, já que pesquisas realizadas pela Feneis revelaram que o TTS (Terminal Telefônico para Surdos) não é amplamente utilizado pelos surdos pela falta de praticidade da tecnologia e pela escassez do aparelho.

O coordenador da Feneis também sugeriu que as mensagens de celular também sejam aceitas em outros tipos de atendimentos e serviços públicos como o SAMU e o Disque Denúncia.

O Tenente Coronel Reynaldo Priell, da Polícia Militar, fez a apresentação do serviço de emergência por mensagem, defendendo a excelência do atendimento por meio das tecnologias e da democratização do acesso.

Arquivo pessoal



Feneis em números - 2010

Alunos dos cursos de Libras – todos os níveis	1850
Alunos do curso para instrutores de Libras	88
Participantes de palestras e eventos gratuitas	2350
Participantes de oficinas gratuitas	100
Funcionários da Feneis	1232
Atendimentos de interpretação gratuitos	1072
Número de eventos (seminários, encontros e passeatas)	24

Feneis participa de encontro das prefeituras mineiras

A regional da Feneis em Minas Gerais foi convidada para participar do 28º Encontro Mineiro dos Municípios, realizado entre os dias 3 e 5 de maio, em Belo Horizonte. No stand da Feneis, os visitantes puderam conhecer mais sobre a Língua de Sinais e a realidade dos surdos no estado, além de obter informações sobre a implantação de cursos de Libras nas cidades do interior. Durante as visitas, os funcionários da regional distribuíram folders informativos e repassaram orientações sobre os surdos no mercado de trabalho. Todos os intérpretes de Libras do evento foram cedidos pela Feneis.

O diretor regional da Feneis em Minas Gerais, Rodrigo Malta, acredita que a o evento foi uma boa oportunidade para divulgar os cursos de Libras para as prefeituras do interior do estado.

Divulgação

Feneis tem stand em feira de acessibilidade em São Paulo

pela sétima vez, em dez edições, a Feneis participa da Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade, a Reatech. Realizado entre os dias 14 e 17 de abril, o evento contou com palestras e oficinas, além de 230 expositores de tecnologias e serviços voltados para diversas deficiências. Cerca de 50 mil pessoas visitaram a feira.

No stand da Feneis, os visitantes puderam ter acesso a informações e orientações nas áreas de educação, acessibilidade e mercado de trabalho. Estavam à venda também camisetas e materiais pedagógicos. A programação contou com uma palestra sobre tecnologias de acessibilidade, proferida pelo coordenador nacional de acessibilidade para surdos da Feneis, Neivaldo Zovico. Outra palestra, sobre a profissionalização dos intérpretes, reuniu cerca de 100 pessoas.

Vários stands apresentaram tecnologias de acessibilidade para surdos, tais como equipamentos de imagem que transmitem traduções e interpretações de visitas guiadas a museus e outros espaços culturais. Uma das grandes novidades é a tecnologia chamada Viable Brasil, amplamente utilizada pelos surdos norte-americanos. Por meio de um aparelho conectado a um monitor, os surdos podem fazer ligações telefônicas traduzidas por um intérprete.

O Reatec já faz parte da agenda da comunidade surda paulista, que luta todos os anos o stand da Feneis.

Arquivo pessoal



Em defesa dos direitos dos surdos

Instituição capixaba dá exemplo no trabalho de conscientização da sociedade | **Por Aline Diniz**

A criação da Socepel (Sociedade Editorial de Pesquisa em Educação e Libras do Espírito Santo) encontra suas raízes na história de vida de José Onofre de Souza. Pai da pedagoga surda Simone Quirgo, ele sempre buscou uma educação de qualidade para a filha, o que o motivou a ingressar na luta contra a discriminação dos surdos tanto na escola quanto em outros espaços. A jornada começou nas primeiras instituições em que Simone estudou, onde eram comuns a discriminação, o despreparo dos professores e o desconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Os obstáculos não foram suficientes para desanimar José e sua família. Tiveram efeito contrário: levantaram a bandeira da educação de qualidade não só para Simone, mas para todos os surdos de Vitória. José ainda se emociona bastante ao lembrar da história: “lutei para ver minha filha formada. Hoje ela tem 41 anos e é a primeira pedagoga surda a passar em um concurso público no Espírito Santo. Agora trabalho para que outras pessoas não passem pelo que nós passamos”.

O Instituto

O projeto da Socepel foi gestado em 2002 e foi implementado em 2004, mas, por motivos de saúde de José Onofre, 18 meses depois as atividades foram suspensas. Somente em 2009 os trabalhos foram retomados. A entidade é uma das filiadas da Feneis. Hoje, ele e sua família coordenam a instituição, que tem como objetivos: ensinar Libras, conscientizar a sociedade sobre a importância da Língua de Sinais, acabar com o preconceito em relação à surdez e resgatar a autoestima dos surdos. Simone Quirgo conta que o trabalho da Socepel envolve um grande esforço da equipe no ensino da Libras e comemora: “estou muito orgulhosa do trabalho de meu pai”.

O trabalho de José ainda está voltado à garantia do

estudo para todos os surdos, por meio da conscientização dos prefeitos e legisladores do interior do Espírito Santo. Sempre que os surdos são barrados na matrícula escolar ou quando há ausência de intérprete de Libras, lá está José Onofre. “Temos tido sucesso nessas ocasiões. Quando a escola se mostra relutante, procuramos o Ministério Público. A promotoria da cidade de Vitória é bastante atuante nesses casos”, explica José Onofre.

Xadrez para facilitar o aprendizado

Outra ação da Socepel que merece destaque é o trabalho do professor de matemática e especialista em educação de surdos Gianfranco Rubini. O professor começou a se interessar pela área quando era diretor pedagógico da escola onde Simone estudava.

Gianfranco desenvolveu o método “xadrez pedagógico” a partir da observação das dificuldades dos professores ao ensinarem e dos surdos ao aprenderem. O método permite que o lúdico entre no processo de aprendizado, facilitando a assimilação de conteúdos e permitindo uma melhor interação entre surdos e ouvintes.

O professor relata que o principal objetivo do trabalho é desenvolver, nos educadores, o hábito de trabalhar com surdos. Na opinião de Gianfranco, “a sala de aula é um lugar onde o imprevisto deve ser sempre bem visto.”

A partir desta edição, em todos os números haverá a seção “Página da Filiada”. Quem tiver interesse em mostrar o trabalho institucional com os surdos deve enviar a sugestão para revistadafeneis@yahoo.com.br.

Arquivo pessoal



Estágio em Letras Libras : Palavras alheias que lhe dão um acabamento

| Neiva de Aquino Albres¹

Este texto apresenta reflexões sobre o processo de estágio para a formação dos professores de Libras do curso Letras Libras – LL. Para esta pesquisa, buscamos a fundamentação teórico-metodológica no método dialético (SAVIANE, 2000) e para análise teórica a linguística enunciativa (BAKHTIN, 2010). Neste estudo, os dados empíricos foram construídos com base em fontes documentais, e-mails e relatórios dos estagiários do curso LL. Constatamos que o ser professor é o inacabado completado provisoriamente por palavras alheias que o completam e o fazem sentir a devir de uma completude permanente.

Curso de Letras com habilitação para o ensino de Libras

A reflexão sobre formação docente se faz interessante tendo como base as ideias de Bakhtin, pois nos instiga a pensar a relação do aprendiz com o outro. A prática educativa na orientação de estágio no LL e na coordenação pedagógica em escola de surdos¹ nos impõe uma responsabilidade como formadores.

“O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando” (BRASIL, 2008). Dessa forma, o curso LL atende a essa diretriz. O curso LL teve sua organização em formato de educação a distância, com currículo distribuído em oito semestres de formação, sendo destinado o penúltimo semestre para disciplinas de metodologia de ensino e o último, para estágio docente.

“ Constatamos que o ser professor é o inacabado completado provisoriamente por palavras alheias que o completam e o fazem sentir a devir de uma completude permanente. ”

No período de estágio a instituição de ensino deve “indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário” (BRASIL, 2008). Este papel de orientador de estágio (OE) é desenvolvido, geralmente, pelos tutores que acompanharam os alunos durante o curso, sendo necessário o aumento do número de profissionais, já que o número previsto por lei é de um OE para até dez estagiários simultaneamente. O supervisor de estágio é da parte concedente (escola), podendo ser o próprio professor regente de onde o aluno está estagiando.

Com tal estrutura o aluno teria respaldo para desenvolver seu estágio docente. Nóvoa (2002) acrescenta que a formação profissional pode ser o conjunto de vivências formativas relacionadas diretamente ao exercício da profissão, como a graduação na universidade, cursos de atualização e aperfeiçoamento profissional e também as vivências formativas anteriormente à escolha de ser professor, constituintes de nossas experiências como alunos.

Essas experiências são pensadas por Bakhtin, em suas reflexões acerca do autor e do personagem: “É nesse sentido que o homem tem uma necessidade estética absoluta do outro, da sua visão e da sua memória: memória que o junta e o unifica e que é única capaz de proporcionar-lhe um acabamento externo” (BAKHTIN, 2010, p. 55).

O acabamento é dado pela ação do outro, marcado pela incompletude de sua pessoa, e vice-versa. Ele é potencializado pelas múltiplas relações estabelecidas com o outro, nesse caso o OE. Há uma complementação na interação verbal para prover a apropriação do ser docente, do conhecimento sobre o fazer pedagógico. O estagiário vai dialogar com várias vozes, com o OE, com o supervisor de estágio (professor regente), com seu colega de estágio (outro aluno), com os autores dos textos das disciplinas cursadas nos quais busca o referencial teórico para elaboração do seu projeto de ensino e de seus planos de aula.

De acordo com Bakhtin (2004), a enunciação é considerada produto da interação entre dois indivíduos organizados socialmente, visto que a natureza destes é social. Logo, a enunciação se faz dentro de um

contexto social, histórico e ideológico. A interação verbal produz enunciados que estabelecem relações de sentido, isto é, dialogam entre si. As vozes com que se defrontam nesse contexto são diferentes enunciações que se atravessam.

Metodologia

Na presente pesquisa, nossa intenção é analisar o processo de estágio para formação de professores no curso LL. Consiste de estudo de caso do estágio da turma de 2006. Tomamos como base de dados os discursos (escritos) produzidos entre OE e estagiário.

Essa abordagem metodológica “articula o nível microgenético das interações sociais com o exame do funcionamento dialógico-discursivo” (GÓES, 2000), ou seja, oferece a possibilidade de se relacionarem elementos de episódios específicos a condições macrosociais.

Escola de surdos, um espaço de contradições

As escolas especiais de surdos estão passando por um período de instabilidade, haja vista a política de inclusão educacional imposta pelo Ministério da Educação. Em São Paulo há um forte movimento de permanência e fortalecimento das escolas para surdos, transformando-as em escolas bilíngues.

A escola bilíngue é um espaço outro:

Desconstruir esse processo não significa simplesmente determinar os espaços que as línguas passam a ocupar nas escolas que educam surdos, mas sim passar por um processo muito maior de reflexão, de (des-)estruturação, formação de profissionais, criação de novos espaços de trabalho e, em especial, inversão da lógica das relações. (QUADROS, 2005, p. 1)

Políticas vêm sendo desenvolvidas para a produção de uma escola bilíngue para surdos (Decreto nº 51.778/2010). Ao estagiário do LL é solicitado que conheça a realidade da escola e da comunidade escolar, faça uma leitura crítica do campo e construa projetos de trabalho a partir desse contexto e das observações de aulas. Ao final do estágio é exigido um relatório das atividades de observação e regência, com o auxílio do OE (RANGE; LIMA; SILVA, 2010).

Dessa forma, a produção do relatório de estágio² exigia a sistematização de um conjunto de dados

mediante notas de campo, registros reflexivos dos participantes usando as normas de escrita acadêmica.

Interessante foi observar a incorporação das palavras alheias, por meio da orientação de produção do texto do relatório do estágio do LL. Neste ponto, a concepção do ser humano postulada é a de que o outro desempenha um papel fundamental; é impossível conceber o ser humano fora das relações que o ligam ao outro.

Neste caso, o texto de relatório de estágio, construído a partir das vivências, leituras e reflexões do estagiário, era enviado para o OE, que tinha, entre outras tarefas: ler, construir sentidos e interferir, com objetivo de dar suporte ao estagiário para aprimorar seu conhecimento sobre metodologia de ensino, sobre construção de relatório pedagógico.

O OE precisou voltar-se para sua formação, pesquisar, estudar, ler fontes intertextuais que puderam suprir, naquele momento, justamente o fazer pedagógico tendo a Libras como objeto de ensino. Refletir, discutir, ensinar e aprender a ser e fazer. A essência da dialética é transformar e ser transformado por meio da base material de nossas ações e do contexto social em que vivemos.

Entende-se por perspectiva dialógica da linguagem, a partir dessa concepção, que todo discurso é atravessado pelo discurso do outro. Essa alteridade que transpassa o discurso se faz presente tanto entre interlocutores, quanto entre discursos, posto que, segundo Bakhtin:

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. (BAKHTIN, 2004, p. 123)

O dialogismo é sempre perpassado pela palavra do outro. Isso significa que, para um enunciador constituir um discurso, o discurso de outro estará presente no seu. Deste modo, não se pode pensar o dialogismo como relação de consequência.

A orientação/intervenção das palavras produzidas pelo estagiário para a produção do relatório de estágio acontecia nos encontros presenciais na universidade polo e por meio muitas

“ Em um primeiro momento, percebemos certo estranhamento dos estagiários quando da intervenção direta em seu texto. Aos poucos íamos negociando a forma de esse outro entrar em seu texto, vezes pela reescrita, vezes pelo uso do recurso de revisão do Word, vezes por uma orientação geral por e-mail. Consideramos que o texto (relatório) original do aluno que está sendo lido já apresenta várias vozes. ”

vezes das correções/alterações/sugestões impressas em seu relatório digitado em Word.

Em um primeiro momento, percebemos certo estranhamento dos estagiários quando da intervenção direta em seu texto. Aos poucos íamos negociando a forma de esse outro entrar em seu texto, vezes pela reescrita, vezes pelo uso do recurso de revisão do Word, vezes por uma orientação geral por e-mail. Consideramos que o texto (relatório) original do aluno que está sendo lido já apresenta várias vozes.

Como no episódio a seguir:

Olá Samanta.

Hoje nem pude falar com você, peço desculpas, mas eu estava atordoada com os problemas com SIARE.

Já respondi sobre a primeira versão do Cap. 1 (relatório sobre o campo de estágio). A Ana me encaminhou uma segunda versão. Vocês já enviaram ao AVEA e consta a entrega. Assim que eu tiver um tempinho a mais farei uma nova leitura.

Sobre o problema do SIARE, encaminhei para Bete, ela vai nos ajudar. Ok?

Sobre planejamentos L1 e LS, seu plano está bom, mas não segue o modelo do curso como “Projeto de trabalho” e não tem fundamentação teórica.

Eu tinha enviado um modelo de “projeto de trabalho” onde deveriam introduzir os planos de aula. Conforme minha última orientação, cada plano de aula deveria estar dentro de uma tabela. E o projeto precisava ter tópicos, como: Introdução, Tema, Problema, (...)

Esse projeto precisa ser fundamentado com referencial teórico da área. Desde livros técnicos até os cadernos de estudos das disciplinas de metodologia de ensino de L1, L2 e LS.

Tomei a liberdade de acrescentar ao seu texto os tópicos que faltavam e complementar com as citações e referência, isso como um modelo para você. Tudo que acrescentei está em cor azul. Ok?

Dessa forma, posso te mostrar o que se espera da produção de cada projeto de trabalho. Eu fiz o de L1. Peço que você reformule o de LS e já faça o de L2 nesse formato.

Qualquer dúvida, estou à disposição,

Orientadora de estágio³

Neste único texto de e-mail são retomados vários discursos: das conversas em sala, de outro e-mail, de outro arquivo envidado com orientações, etc. Estavam presentes nestas intervenções o interdiscurso e as vozes que manifestam diferentes pontos de vista sociais. Esse processo é dialógico e não ocorria apenas do OE para o aluno, mas também do aluno para o OE.

Para Bakhtin (2004), a enunciação depende do próprio momento constitutivo do todo da enunciação. Sob este ponto de vista, a seleção de palavras e a recepção delas são determinadas por julgamento individual e socialmente (BAKHTIN, 2004).

Dessa forma, um aluno pode, por vezes, ficar ressentido, entender como crítica à sua produção, isso também pelo receio de estar sendo avaliado; enquanto outro aluno pode encarar as orientações como parte do processo de aprender.

“O processo de formação é o de ir constituindo-se, na sua individualidade, pela representação social do momento que se vive, das palavras alheias que atravessam suas reflexões. Essas palavras do outro vão compondo os saberes. No diálogo com o outro, vão se constituindo profissionais, identitária e socialmente, como professores de Libras.”

Considerações finais

O processo de formação é o de ir constituindo-se, na sua individualidade, pela representação social do momento que se vive, das palavras alheias que atravessam suas reflexões. Essas palavras do outro vão compondo os saberes. No diálogo com o outro, vão se constituindo profissionais, identitária e socialmente, como professores de Libras.

¹ Doutoranda em Educação Especial – UFSCar
Mestre em Educação – UFMS

² O relatório final poderia ser apresentado em Libras, mediante o uso de DVD, ou em língua portuguesa escrita.

³ E-mail enviado pela OE para a estagiária no dia 25.10.10.

REFERÊNCIAS:

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. *A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade*. Cad. CEDES. 2000, v. 20, n. 50, p. 9-25.

NÓVOA, A. *Formação de professores e trabalho pedagógico*. Lisboa: Educa, 2002.

QUADROS, R. M. Políticas lingüísticas: as representações das línguas para os surdos e a educação de surdos no Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2. 03-05 nov. 2005.

RANGE, Gisele; LIMA, Simone; SILVA, Vilmar. *Material instrucional do Estágio Supervisionado da Licenciatura em Letras-Libras na modalidade a distância*. Florianópolis: UFSC, 2010.

SAVIANE, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. Campinas: Autores Associados, 2000.

ARTE SURDA

Fábio Selani é surdo e trabalha como cartunista em Brasília.



Desenho em tinta nanquim, feito pelo ilustrador surdo Daniel Amorim Dias, de Belém do Pará. O artista de 25 anos também trabalha como artesão e instrutor de desenho, caligrafia e Língua Brasileira de Sinais.

